

Educação como prioridade: da creche à pós-graduação



FOTO: RICARDO STUCKERT

Educação é, ao mesmo tempo, direito de todo cidadão e fator decisivo para o desenvolvimento do país. Por isso, a política educacional nos 13 anos do PT garantiu acesso, permanência e qualidade, desde a creche até a pós-graduação. Um novo padrão de financiamento e novos instrumentos de parceria federativa foram adotados, para que se pudesse implantar uma política inclusiva na educação.

UM NOVO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO

O orçamento do MEC triplicou, passando de R\$ 49,3 bilhões, em 2002, para R\$ 151,7 bilhões, em 2015. No governo Dilma, os investimentos na área superaram em R\$ 54 bilhões o piso constitucional.



Três alterações institucionais foram importantes para este novo padrão de financiamento da educação. Em 2006, a **Constituição foi alterada para criar o FUNDEB** – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica –, que assegurou recursos para todos os níveis de ensino e elevou os repasses da União para estados e municípios vinculados às matrículas da educação básica. Em 2006, os repasses do FUNDEF haviam sido de R\$ 988 milhões. Em 2007, início da implementação do FUNDEB, os repasses cresceram para R\$ 3,9 bilhões, chegando a R\$ 15,98 bilhões em 2015.

Em 2009, foi aprovada emenda constitucional reduzindo o percentual da DRU incidente sobre recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, até a extinção em 2011. Em 2013, foi sancionada **lei assegurando a destinação de 75% dos royalties do pré-sal e 50% do Fundo Social para a educação.**

DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

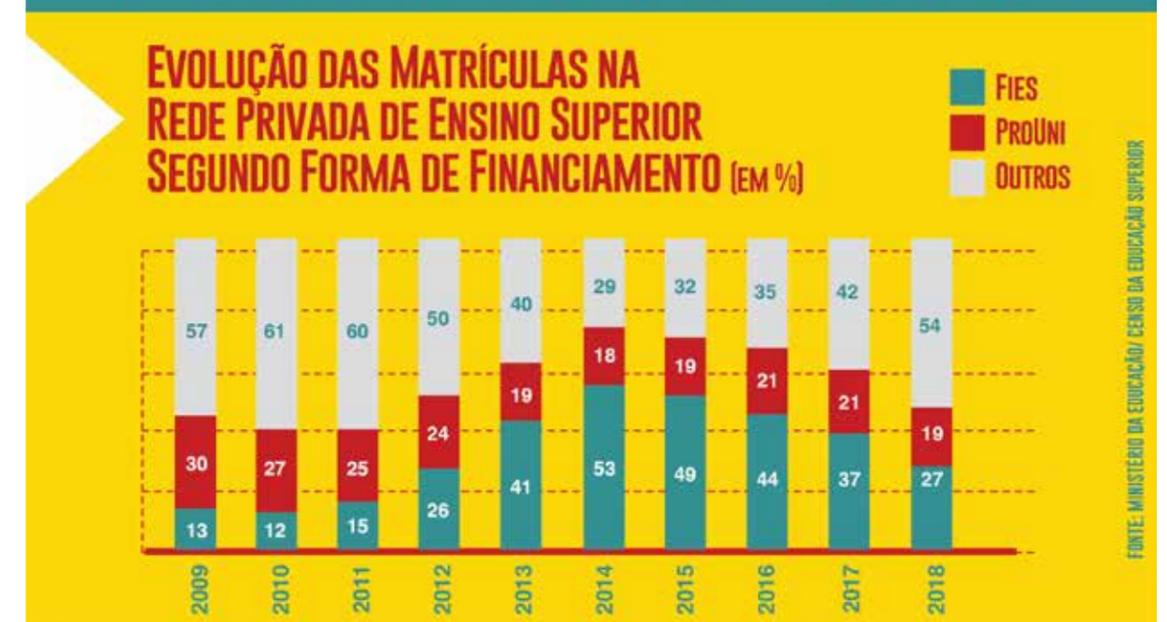
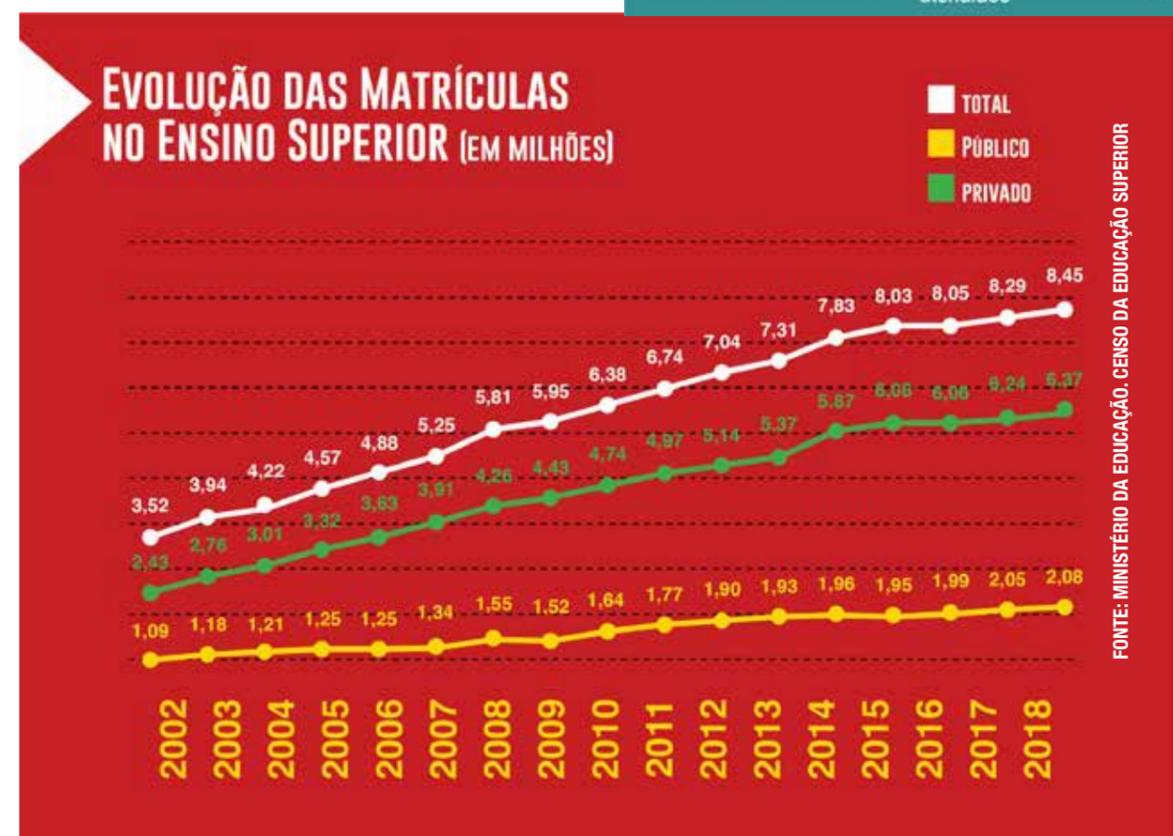
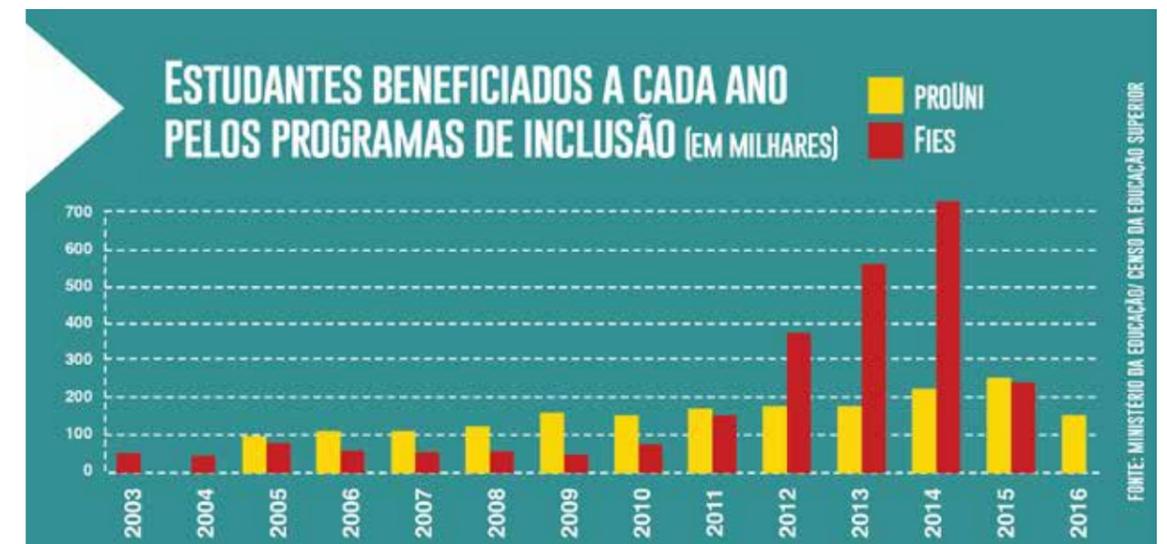
Uma das mais maiores transformações promovidas pelos governos do PT foi criar as condições para que milhões de brasileiros e brasileiras tivessem oportunidade de cursar o ensino superior, independente da renda de suas famílias. Um conjunto de políticas inclusivas e afirmativas foi adotado, resultando em uma ampliação sem precedentes no número



de estudantes universitários no Brasil. Nos 13 anos de PT, as **matrículas no ensino superior mais que dobraram**. Em 2015, eram 8,03 milhões de matrículas, contra 3,52 milhões, em 2002. Esse crescimento ocorreu nas redes pública e privada, resultado da política de fortalecimento das universidades federais e dos programas implantados para viabilizar o acesso à rede privada. A rede federal de ensino superior teve, nos governos do PT, a maior expansão de sua história. **Foram criadas 18 novas universidades e 178 novos campi**, e o

orçamento praticamente triplicou. Para levar oportunidades a todo país, a expansão foi acompanhada por forte **desconcentração territorial**. Em 2002, havia campi em 114 municípios. Em 2016, eles estavam espalhados por 295 municípios.

Dois outros instrumentos foram fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior, o **ProUni e o FIES**, que viabilizaram o ingresso de milhões de estudantes de baixa renda nas universidades privadas. O primeiro concedia bolsas de estudo integrais e parciais e, desde



sua criação, em 2005, até o primeiro semestre de 2016, assegurou 1,9 milhão de bolsas. O segundo era um financiamento com custo altamente subsidiado, que beneficiou 2,71 milhões de estudantes.

Articulando esses instrumentos, o ENEM transformou-se na porta única de entrada no sistema universitário. Anualmente, milhões de brasileiros e brasileiras passaram a fazer uma prova cuja nota dava acesso às universidades federais – por meio do Sisu, sistema nacional e unificado de inscrição via internet – ao ProUni e ao FIES.

Como resultado, as universidades brasileiras mudaram de perfil. **Mais negros, mais pessoas de baixa renda, usualmente excluídas, tiveram oportunidade de cursar o ensino superior.** Entre os concluintes que fizeram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em 2015, 35% eram os primeiros de suas famílias a serem diplomados. A parcela de negros nas universidades praticamente triplicou no período do PT, desempenho associado às maiores oportunidades de acesso e à **política de cotas adotada a partir de 2012.**

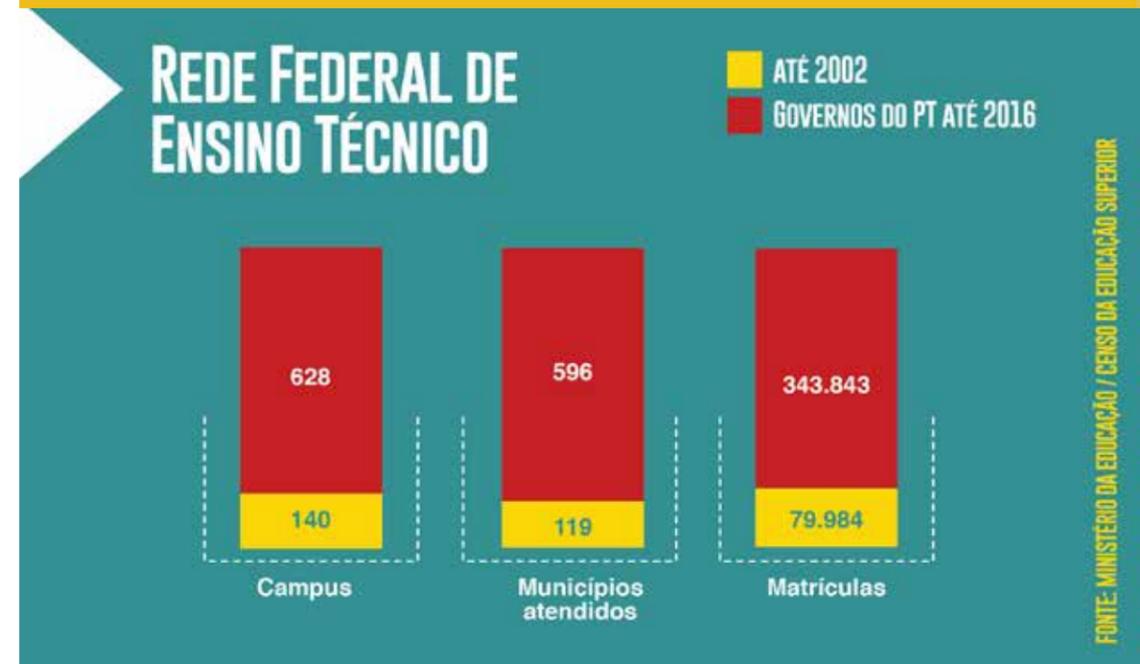
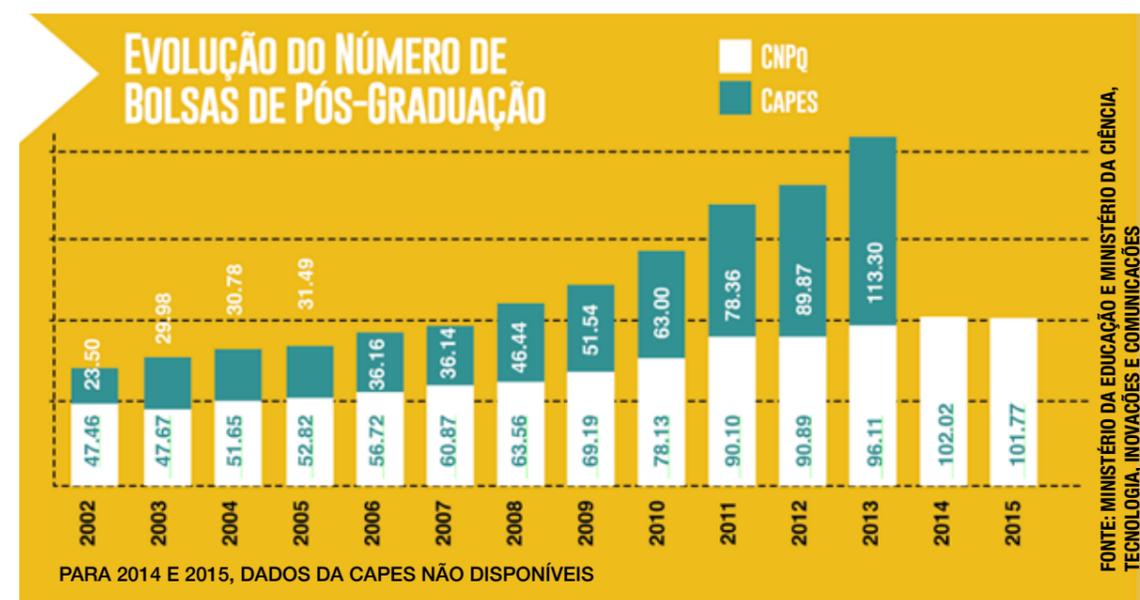


FOTO: RICARDO STUCKERT

■ Ciência sem Fronteiras

Nos governos do PT, as matrículas em pós-graduação dobraram, acompanhadas de um aumento, de igual proporção, no número de bolsas. Em 2011, a presidenta Dilma criou o programa **Ciência sem Fronteiras**, para estimular a integração de nossa formação e produção acadêmicas com o exterior, em especial nas áreas tecnológicas. Foram concedidas 101 mil bolsas de estudo no exterior entre 2011 e 2014. Em 2017, o governo golpista de Michel Temer simplesmente acabou com o programa.

■ FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Investir na formação técnica e profissional de qualidade foi uma diretriz central da política educacional do PT. Cabia gerar as oportunidades de aprendizagem técnica e tecnológica para que jovens e trabalhadores pudessem se beneficiar do crescimento do emprego, se inserindo em melhores postos de trabalho graças à sua formação.

Até 2002, em toda a história do Brasil, haviam sido criadas 140 escolas técnicas, em 119 municípios. Nos 13 anos de governo do PT, foram **criadas 422 novas escolas**, parte de uma rede estruturada em torno dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, que chegou a **596 municípios**. Ensino técnico e tecnológico de qualidade foi levado a todo o país, beneficiando, em 2015, meio milhão de jovens.

Outro instrumento foi o Pronatec, programa de qualificação profissional implementado em 2011. Em apenas 4 anos, garantiu **9,49 milhões de matrículas em cursos gratuitos** para brasileiras e brasileiros que queriam se preparar melhor para o mercado de trabalho. Além de gratuita, a formação oferecida pelo Pronatec era de alta qualidade, uma vez que os cursos eram feitos no Sistema S, nas escolas técnicas federais e estaduais, todos reconhecidos pela excelência. Os cursos foram oferecidos em 82% dos municípios brasileiros e buscava chegar a todos os públicos, com vagas reservadas e especialmente preparadas para os beneficiários do Bolsa Família.



FOTO: DIVULGAÇÃO/BLOG DO PLANALTO



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS

MAIS INVESTIMENTO E QUALIDADE NO ENSINO BÁSICO

Os governos do PT buscaram apoiar Estados e municípios no cumprimento de suas atribuições na política educacional. Além da aprovação do Fundeb, que ampliou o total de recursos transferidos para as unidades da federação, nos 13 anos de governo do PT vários programas foram criados ou fortalecidos para assegurar a todos o direito à educação de qualidade.

Creches e pré-escolas

Para ampliar o acesso à educação infantil, o governo federal, nos mandatos do PT, assegurou recursos para a construção de **8.664 creches e pré-escolas**, das quais 3.125 estavam concluídas quando o golpe interrompeu o mandato da presidenta Dilma.

Programa Dinheiro Direto na Escola

Os investimentos foram ampliados também a partir do **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**, que garantiu recursos para escolas públicas de educação básica e escolas privadas de educação especial. Nos 13 anos de governo do PT, foram cerca de **R\$ 14 bilhões transferidos pelo PDDE** para financiar melhorias em infraestrutura física e pedagógica das escolas. Tais demandas eram detectadas e definidas pelos diretores e professores, em uma iniciativa inovadora de descentralização de recursos.



FOTO: RICARDO STUCKERT

Transporte escolar

O transporte seguro é um direito dos estudantes das escolas públicas. Por isso, durante os governos do PT, por meio do programa **Caminho da Escola**, foram adquiridos **30,5 mil ônibus escolares, 28 mil para o transporte rural e 2,5 mil para o transporte de crianças com deficiência** nas áreas urbanas. Em respeito à diversidade de nosso território, foram também distribuídas **918 lanchas**, para atender crianças em localidades onde o transporte é feito por meio fluvial.

Educação em tempo integral

Quase **60 mil escolas estaduais e municipais** receberam investimentos para proporcionar jornada ampliada aos estudantes, estratégia que tende a resultar em impactos positivos sobre a aprendizagem.

Merenda de qualidade

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar** foi continuamente aprimorado. Além do reajuste no valor per capita transferido para estados e municípios, a merenda foi

assegurada também aos estudantes do ensino médio. Tornou-se ainda um instrumento de desenvolvimento local, por meio da autorização da compra direta da agricultura familiar. O número de estudantes atendidos pelo programa de merenda escolar **creceu de 36,4 milhões para 41,3 milhões**, entre 2002 e 2015.

Acompanhamento da qualidade do ensino

A **criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**, em 2007, permitiu avaliar o desempenho das redes de ensino, com uma combinação entre proficiência e fluxo. Isso possibilitou um **monitoramento melhor da educação**, um incentivo à melhoria da gestão educacional e uma transparência maior das políticas educacionais na ponta.

Ainda há muito a fazer para que o sistema público de educação alcance padrões elevados de qualidade, mas o pontapé inicial foi dado nos 13 anos de governo do PT. Frente ao teto de gastos aprovado após o golpe de 2016, todas essas ações estão sob risco de descontinuidade.



VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS

Nos 13 anos em que estive à frente do governo federal o PT priorizou a valorização e a formação dos professores, que são fundamentais para o desenvolvimento da educação no país.

■ Piso nacional

Nos 13 anos em que estivemos à frente do governo federal, priorizamos a valorização e a formação docente. Em 2008, Lula sancionou a lei criando o piso nacional para os professores da educação básica. Além de definir um salário mínimo a ser pago, em qualquer lugar do Brasil, por uma jornada de 40 horas semanais, a lei também reserva uma parte da jornada para que o profissional planeje e prepare aulas, estude e corrija avaliações. Em 2009, o primeiro piso foi fixado em R\$ 950, crescendo 42% acima da inflação até 2016.

■ Apoio à formação docente

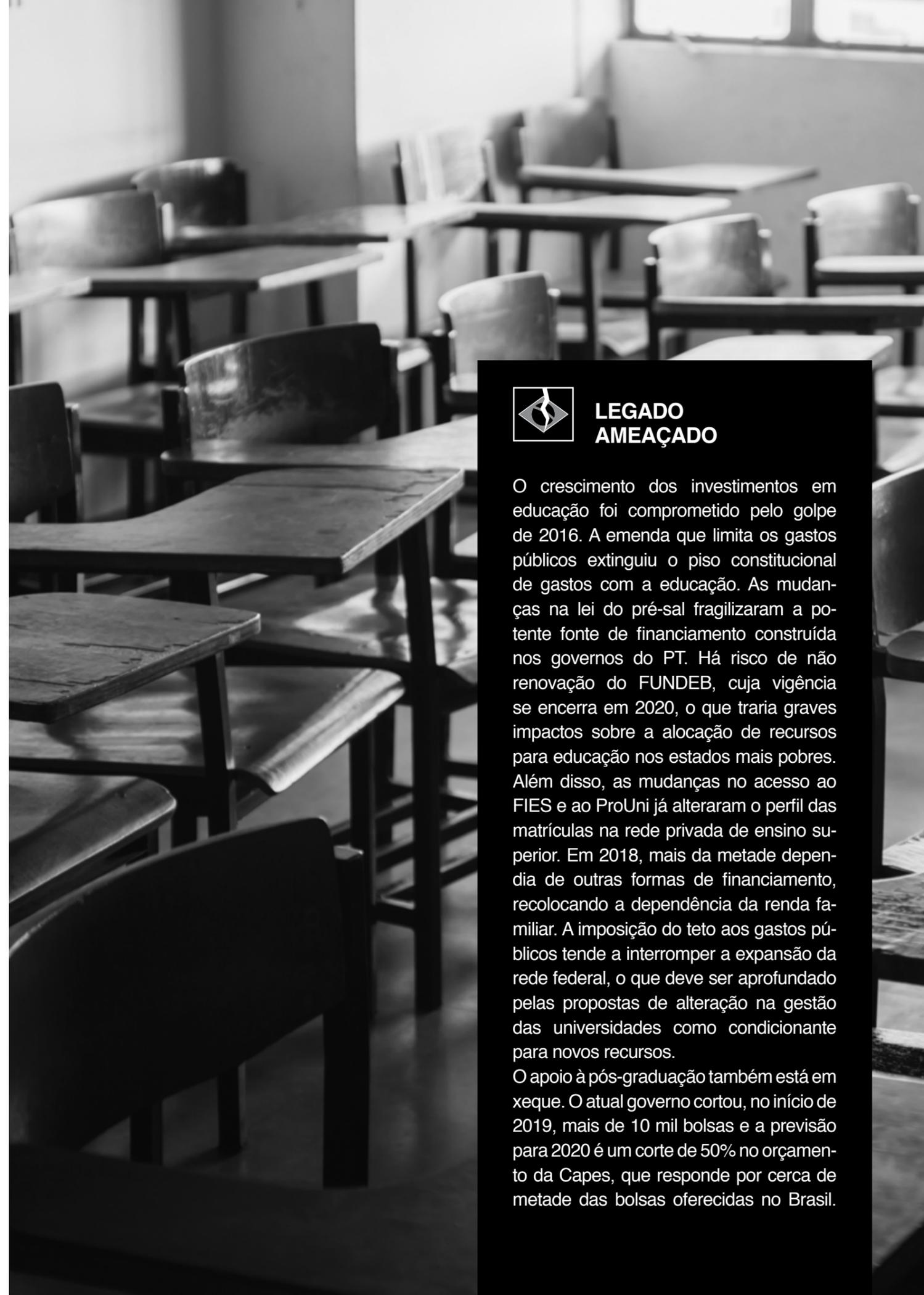
Em 2007, parte expressiva dos professores e das professoras de educação básica não tinha formação superior. Esse número chegava a cerca de 300 mil do-

centes. Durante nossos governos, foram implementadas várias medidas para destinar vagas presenciais e à distância em instituições de ensino superior.

Criado em 2009, o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)** oferece bolsas para alunos de cursos de licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas. Entre 2009 e 2015, o número de bolsas cresceu de **13.694 para 90.247**, beneficiando 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Em 2015, estavam envolvidas no PIBID 282 instituições de ensino superior e 6.055 escolas de educação básica.

Outra iniciativa de destaque é o **Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**, destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 Municípios, em 24 estados. Nesse período, o Parfor atendeu professores oriundos de 2.611 Municípios.

Finalmente, cabe destacar a **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Criada em 2006, ela é um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior com o objetivo de oferecer formação inicial e continuada de professores da educação básica. Desde seu início, em 2006, até 2015, o **Sistema UAB ofereceu 730 mil vagas**, chegando a 130 mil formados. Em 2015, era integrado por 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 173 mil alunos matriculados, oferecendo 785 cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e pós-graduação *lato e stricto sensu*.



LEGADO AMEAÇADO

O crescimento dos investimentos em educação foi comprometido pelo golpe de 2016. A emenda que limita os gastos públicos extinguiu o piso constitucional de gastos com a educação. As mudanças na lei do pré-sal fragilizaram a potente fonte de financiamento construída nos governos do PT. Há risco de não renovação do FUNDEB, cuja vigência se encerra em 2020, o que traria graves impactos sobre a alocação de recursos para educação nos estados mais pobres. Além disso, as mudanças no acesso ao FIES e ao ProUni já alteraram o perfil das matrículas na rede privada de ensino superior. Em 2018, mais da metade dependia de outras formas de financiamento, recolocando a dependência da renda familiar. A imposição do teto aos gastos públicos tende a interromper a expansão da rede federal, o que deve ser aprofundado pelas propostas de alteração na gestão das universidades como condicionante para novos recursos.

O apoio à pós-graduação também está em xeque. O atual governo cortou, no início de 2019, mais de 10 mil bolsas e a previsão para 2020 é um corte de 50% no orçamento da Capes, que responde por cerca de metade das bolsas oferecidas no Brasil.